

INSTITUIÇÕES, PREFERÊNCIAS E HISTÓRIA NA PERSPECTIVA DE BOWLES E GINTIS

Carolina Miranda Cavalcante (FND-UFRJ) e Emmanoel Boff (Economia - UFF)

Área 1: HPE e Metodologia

Resumo

O artigo teve como objetivo verificar em que medida a contribuição recente de Samuel Bowles e Herbert Gintis pode ser classificada como dentro do que se pode, ainda que com problemas, chamar de economia ortodoxa. Para realizar este objetivo, investigamos o modo como Bowles e Gintis estudam a coevolução de preferências individuais e instituições na história. Com recurso a debates recentes em metodologia econômica e com o conceito de PPC lakatosiano, procuramos trazer à luz os fundamentos metodológicos e a ontologia subjacente à construção teórica dos autores. Concluímos que, apesar de os autores abordarem temas em princípio estranhos à ortodoxia (endogeneidade das preferências, importância da história, relações de poder, classe e identidade) sua contribuição se encontra dentro dos limites do que podemos chamar de PPC ortodoxo.

Palavras-chave: preferências endógenas, instituições, metodologia econômica.

Abstract

The article aims to verify the extent to which the recent contribution of Samuel Bowles and Herbert Gintis can be classified within what one may call, not without problems, orthodox economics. In order to accomplish this objective, we investigate how Bowles and Gintis study the coevolution of institutions and individual preferences in history. Making use of recent debates in economic methodology and with the aid of the lakatosian concept of the methodology of the programs of scientific research (PSR), we hope to bring to light the methodological basis and the underlying ontology in Bowles and Gintis' theoretical construct. We conclude that, despite approaching themes which are, in principle, alien to the orthodoxy (endogeneity of preferences, the importance of history, power relations and identity), their contribution is inside the limits of the orthodox PSR.

Keywords: endogenous preferences, institutions, economic methodology.

Classificação JEL: B21, B41, B52.

1. Introdução

Samuel Bowles e Herbert Gintis são economistas cuja produção acadêmica, aparentemente, desafia os pressupostos do que podemos, não sem problemas, chamar de economia ortodoxa¹. No final dos anos 1960, ambos se rebelaram contra o *establishment* do departamento de economia da Universidade de Harvard, onde estudaram, e procuraram desenvolver temas que, na visão deles, não tinham espaço na teoria econômica tradicional. Problemas como poder, exploração, pobreza e desigualdades (de renda, mas também raciais e de gênero) passaram a fazer parte do foco desse grupo de jovens economistas chamados à época de *radical economists* (Backhouse, 1985, p.391-2). Não por acaso, o foco nos problemas de ordem política e social (abertamente inspirados em uma tradição de viés marxista) os impediu de entrar nas universidades americanas mais tradicionais. Hoje em dia, Bowles leciona na Universidade de Siena, na Itália, e é professor emérito na Universidade de Massachusetts-Amherst. Gintis leciona na Universidade da Europa Central, em Budapeste. Ademais, ambos estão associados ao Instituto Santa Fé (Bowles como pesquisador-professor e diretor do centro de ciências do comportamento do Instituto; e Gintis como professor externo). Lembremos que o Instituto de Santa Fé foi criado em 1984 como um instituto voltado para a pesquisa interdisciplinar e fenômenos complexos. De modo geral, pode-se dizer que a ciência econômica é vista nestes termos pelos membros do Instituto, o que nos leva a crer que uma visão ortodoxa de economia teria pouca aceitação neste lugar (veja Beinhocker 2006, pp. 47-8).

Ademais, como McCrate (1996) relata, a trajetória de Bowles e Gintis começou efetivamente no fim dos anos 1960 com uma abordagem abertamente de viés marxista, explorando a relação entre classe social, escolarização e oportunidades econômicas. Em uma segunda parte, sua preocupação se voltou para uma crítica tanto da visão liberal quanto o que eles chamam de “marxista” dos movimentos sociais e da dominação (que seria baseada não apenas em fatores econômicos, mas também na identidade social. Embora esse passado dos autores possa nos fazer crer que eles se vinculem a uma postura anti-ortodoxa, em sua fase mais recente de estudo (começando no fim dos anos 1980) ambos se preocuparam com uma microfundamentação das relações de poder econômico. Deste modo, nosso foco de análise se centrou em conceitos como “preferência” e “maximização”, de forma que não nos permite fazer uma classificação clara sobre sua filiação teórica. Por um lado, o rótulo de “radicais” faz crer que eles se distanciam da ortodoxia. Por outro, o uso de elementos teóricos associados à ortodoxia nos leva a pensar que essa distância não é tão grande. Dada que essa 3ª fase de suas pesquisas buscam dar um fundamento teórico mais sólido às suas fases anteriores de pesquisa, podemos nos perguntar: qual seria, de fato, a proximidade desses autores com a economia ortodoxa?

Essa é a pergunta que norteará nosso trabalho. Para tentar respondê-la, dividiremos este artigo em cinco partes, incluindo esta Introdução e uma Conclusão. Na 2ª parte, apresentamos a microeconomia dita pós-walrasiana de Bowles e Gintis, baseada na crítica da “ficção walrasiana”

¹ A definição do que seria o pensamento econômico ortodoxo é complicada, dada a variedade de temas e autores que se pode agrupar sob este ou aquele rótulo (p. ex., um *journal* supostamente ortodoxo como a *American Economic Review* pôde, na sua edição de abril de 2013, publicar um *paper* sobre como a língua pode interferir na escolha intertemporal dos agentes e como o poder político e imperialismo influíram no comércio internacional durante a Guerra Fria). Para fins deste artigo, seguimos o trabalho de David Dequech (2007), que identifica a ortodoxia como associada à economia neoclássica, por ele definida como assumindo racionalidade maximizadora, equilíbrio e desconsideração da incerteza fundamental. Deixemos claro, contudo, que esta definição pode não englobar a miríade de temas e assuntos que preocupam os economistas contemporâneos, mesmo dentro do *mainstream*.

apontada pelos autores. Em seguida, analisamos como eles consideram o tempo, a história e as instituições em seus trabalhos. Na 3ª parte, apresentamos uma sugestão de como poderíamos definir a economia ortodoxa tomando por base a proposta lakatosiana de programa de pesquisa científica (PPC). Na 4ª parte, tentaremos mostrar como as contribuições de Gintis e Bowles se inserem, em parte, dentro dos limites do cinturão protetor do PPC ortodoxo. Por fim, na conclusão fazemos uma síntese da nossa investigação, apresentamos sua relevância para o estudo da metodologia econômica e apontamos algumas possibilidades de pesquisas futuras.

2. A microeconomia pós-walrasiana de Bowles e Gintis²

A contribuição de Bowles e Gintis envolve o conceito de endogeneidade de preferências – ou seja, as preferências dos agentes não são dadas, mas se modificam em conjunto com as instituições formais e informais que coordenam a interação humana em sociedade. No entanto, no pensamento ortodoxo não se estuda o processo de formação das preferências individuais por fenômenos sociais ou biológicos (em outras palavras, as preferências são exógenas).

Mercados e outras instituições econômicas fazem mais que alocar bens e serviços: eles também influenciam a evolução dos valores, gostos, e personalidades. Os economistas há muito supunham de outra maneira; o axioma das preferências exógenas é tão antigo quanto a própria filosofia política (Bowles, 1998, p.75, nossa tradução).

No intuito de superar essa limitação imposta pela ortodoxia, Bowles e Gintis vêm criticando desde o início dos anos 70 algumas das hipóteses do que denominam como *ficção walrasiana*. McMaster e Finch (2004) sucintamente resumem essas críticas em três pontos.

A ideia de “troca disputada” (*contested exchange*) nos mercados reais é contraposta à economia de custos de transação de Coase (1937). Na “troca disputada”, há relações de poder envolvendo as partes que trocam nos mercados. Por exemplo, nos mercados de trabalho (onde patrões, situados no “lado curto”³ do mercado têm mais poder que trabalhadores); e no mercado de crédito (onde os doadores de crédito, no “lado curto”, têm mais poder que os tomadores). Este tipo de troca analisado por Bowles e Gintis leva ao equilíbrio nestes mercados, que normalmente *não é* Pareto-ótimo e não leva ao *market-clearing*. Esta não-otimalidade surge de certas características de cada mercado específico que não são contratáveis (por exemplo, o esforço dos trabalhadores). Neste caso, a incompletude dos contratos pode levar a esta situação de não-otimalidade.

Se a troca é disputada e os contratos são contingentes e incompletos, o que leva a uma renovação permanente dos mesmos? A resposta se encontra na formação de preferências sociais⁴ e na ideia de que o local de trabalho é um ambiente cultural que possui normas que são internalizadas pelos agentes. Ou seja, o que de início era apenas uma norma para o trabalhador –

² Embora o trabalho dos dois tenha diversos pontos em comum, nos baseamos principalmente no manual de microeconomia de Bowles (2004) para desenvolver nosso argumento. Devido à proximidade temática e à freqüente co-autoria dos trabalhos dos dois, cremos ser possível associar as ideias de ambos neste trabalho.

³ Bowles introduz o conceito de “lado curto” e “lado longo” do mercado para dar conta da existência de poder nas relações econômicas. Agentes no “lado curto” do mercado normalmente possuem maior riqueza e podem ameaçar o término do contrato com os agentes do “lado longo”. Em seu livro, Bowles (2004) exemplifica outras relações “agente-principal” onde os conceitos de lado curto e longo do mercado também se aplicam.

⁴ Preferências sociais são aquelas que, dado um certo estado da natureza, dependem de *como* se chegou a este estado (*process-regarding*) e da *avaliação de outros agentes* sobre este estado (*other-regarding*).

uma “prescrição ética que governa a ação do indivíduo com relação a outros” – se transforma em preferência individual. Em linguagem microeconômica, elas deixam de fazer parte da restrição e se transformam em mais um argumento da função de utilidade dos agentes. Estas normas do ambiente de trabalho “criam” preferências nos agentes sobre o que é um salário justo, qual deve ser o nível de esforço oferecido e qual o ambiente de trabalho ideal.

Deste modo, conceitos como *normas*, *especificidade de cada mercado* (por exemplo, de crédito ou de trabalho), *poder político* e *classe social* – marginalmente estudados dentro da economia walrasiana – parecem reentrar o discurso econômico em seu veio central, convivendo lado a lado com conceitos mais tradicionais como otimalidade de Pareto, problemas de agente-principal e equilíbrio.

Politicamente, as implicações das hipóteses acima divergem da economia walrasiana: se antes a economia deixada a si própria sob a batuta de um Estado passivo que corrige falhas de mercado e garante direitos de propriedade levava a um ótimo social, agora isto muda. Ou seja, há espaço nos modelos de Bowles e Gintis para a atuação do Estado (ou de qualquer outra instituição com poder) que garanta uma melhoria de Pareto nos mercados. Por exemplo, há a sugestão de que poderia haver redistribuição de direitos de propriedade para os trabalhadores, para incentivar uma maior eficiência nos mercados (Finch e McMaster, 2004). Como o próprio Bowles indica, seu modelo representa uma microfundamentação para os resultados subótimos da macroeconomia keynesiana – embora ele suponha que as políticas para a solução de um desemprego persistente não passam necessariamente pelo receituário keynesiano tradicional⁵. A pergunta que se faz é: onde e como seu esquema conceitual (e o correspondente receituário de políticas econômicas) marca uma quebra significativa com a economia walrasiana que os precedeu?

2.1. Tempo, História e Instituições

Podemos primeiramente tomar o conceito de tempo embutido na teoria de Bowles. A ideia de preferências que se “desenvolvem” dentro de um ambiente cultural sugere a passagem do tempo. Mas de que tipo de tempo se fala?

Dow (1985, p. 113 e ss.) tenta dar conta da multiplicidade de sentidos que se atribui à palavra “tempo” na ciência econômica. Ela identifica quatro tipos de tempo: (i) *histórico*: dependente dos eventos que se sucedem no mundo, onde não há reversibilidade e onde cada estado da realidade é visto como consequência de seu precedente – havendo, portanto, *path-dependence*; (ii) *mecânico*: não depende dos eventos do mundo e onde há reversibilidade dos eventos; (iii) *lógico*: se embasa na noção de causalidade dedutiva – se ocorre evento A, então ocorre outro evento B; (iv) *expectacional*: tempo de caráter subjetivo, no qual os indivíduos formam suas expectativas. Dentro deste arcabouço, qual é o tipo de tempo que Bowles têm em mente? Com base nos modelos e argumentos desenvolvidos de seu *Microeconomics* (2004), veremos que Bowles parece misturar os conceitos de tempo acima referidos. Analisemos como isso ocorre.

No capítulo 13 de Bowles (2004), é desenvolvido um modelo de como preferências e instituições coevoluem no tempo, e para o qual existe um programa de simulação com base no

⁵ Aqui nos referimos ao receituário associado aos velhos keynesianos da síntese neoclássica, ou seja, preferivelmente o governo deveria aplicar a política fiscal para combater o desemprego, dado que se assume que o investimento é pouco sensível a variações na taxa de juros. Sobre as diversas correntes keynesianas, ver De Paula; Sicsú (1999).

comportamento dos agentes (*agent-based*), disponível em sua página na Internet⁶. Sua argumentação objetiva dois pontos: (i) mostrar como, historicamente, podem desenvolver-se as preferências altruístas e cooperativas do *homo reciprocans*⁷ em conjunto com certas instituições; (ii) comparar os resultados em termos de bem-estar e eficiência de Pareto da hipótese do *homo reciprocans* com relação a modelos que usam o *homo economicus* auto-interessado.

Contudo, as simulações computacionais de Bowles parecem levar antes a *histórias artificiais* da coevolução de preferências e instituições do que a possibilidade de estudar concretamente algum evento histórico específico. Analogamente aos modelos biológicos desenvolvidos por Maynard Smith, Bowles (2004, p.458 e ss.) explica seu modelo da seguinte maneira: primeiramente, suponha que num dado universo existam **g** grupos e **n** indivíduos distribuídos uniformemente entre estes grupos. Os indivíduos jogam o jogo abaixo:

JOGO DO ALTRUÍSMO

(Os *payoffs* referem-se às linhas):

Participantes	Altruístas (A)	Não-Altruístas (N)
Altruístas (A)	b – c	- c
Não-Altruístas (N)	b	0

Fonte: Bowles, 2004, p.449. **Nota:** “b” representa o *payoff* e “c” o custo associado à interação.

Informalmente, temos que no início ($t = 0$) todos jogam segundo a estratégia não-altruísta, mas uma taxa de mutação garante que isto pode se alterar aleatoriamente. O objetivo de não haver inicialmente estratégia altruísta é exatamente o de saber se este tipo de estratégia pode proliferar, mesmo que inicialmente poucos membros da população atuem deste modo.

Depois da interação do primeiro jogo, os *payoffs* dos jogadores determinam o número de réplicas de altruístas e não-altruístas na geração seguinte. Por exemplo, se o *payoff* de um indivíduo foi zero, ele morrerá e não deixará nenhum descendente; se for dois, deixará dois descendentes, e assim sucessivamente. Nesta nova geração haverá algumas mutações, além de emigrações e imigrações que seguem certas taxas dadas exogenamente.

Tem-se então a seleção aleatória de alguns grupos que competem entre si. O grupo vencedor – aquele que detém o maior *payoff* – se reproduz dentro do grupo vencido, repopulando-o. Em seguida, o grupo vencedor se fende, transformando-se em dois grupos menores que adotam as instituições do grupo vencedor. O modelo persiste durante milhares de gerações, em que objetiva-se mostrar como desde seu surgimento, o *homo sapiens sapiens* pode ter desenvolvido instituições que coevoluíram com preferências que dependem da avaliação que outros agentes fazem dos estados da natureza (*other-regarding*) e do processo que levou a estes estados (*process-regarding*).

Algumas observações e definições são importantes: primeiramente, o que Bowles chama de instituições são “leis, regras informais, e convenções que dão uma estrutura durável às interações sociais” (Bowles, 2004, p.42). O modo de analisá-las é como o equilíbrio subjacente a

⁶ Bowles; Choi; Hopfensitz (2003). Disponível no site: <http://www.santafe.edu/~bowles/artificial_history/index.html> Acesso em: 24/03/2014.

⁷ O *homo reciprocans* de Bowles e Gintis é possuidor de reciprocidade forte na interação humana. Isto é diferente do *altruísmo recíproco*, que supõe que o agente toma uma atitude altruísta hoje com vistas a obter um retorno esperado maior no futuro. O *homo reciprocans* atua cooperativamente com outros membros do grupo, partilha o seu *payoff* e pune aqueles que atuam não-cooperativamente. Como se vê, é um modelo de ser humano alternativo e aparentemente oposto ao *homo economicus* neoclássico tradicional.

um determinado jogo. Dentro desta visão, organizações como Bancos ou escolas, ou instituições como regras de boas maneiras ou de vestimenta poderiam ser todas estudadas com recurso a modelos de teoria dos jogos. No modelo acima, Bowles acrescenta duas instituições – partilha de recursos (*resource sharing*) e segmentação intra-grupos⁸ para mostrar como isto leva a um maior desenvolvimento das características do *homo reciprocans*. Contudo, o que Bowles quer dizer é que é *possível* que instituições que promovem a partilha de recursos e segmentação social tenham evoluído juntamente a traços de comportamento do *homo reciprocans*, mas nada é afirmado acerca do processo histórico efetivo.

Em segundo lugar, Bowles entende preferências como “razões para o comportamento, atributos dos indivíduos (...) que respondem pelas ações que eles tomam em dada situação” (Bowles, 2004, p.99). Em sua visão, é errôneo entender o comportamento como sinônimo da busca pelo bem-estar. Vários estudos, como os de Kahneman e Tversky⁹, mostraram que o comportamento humano pode ser míope no que tange ao próprio bem-estar do sujeito. Além do mais, Bowles rejeita a ideia samuelsoniana de “preferência revelada”, pelo fato dela pouco explicar as razões para o comportamento. Dentro da visão de Bowles, emoções e comportamentos não-ótimos devem fazer parte do estudo do economista, pois são capazes de explicar comportamentos humanos.

Interessante observar que a estrutura dos jogos revela um caráter aistórico que parece entrar em conflito com a própria ideia de troca disputada, que visava dar mais realismo às relações econômicas dentro do capitalismo. Afinal, se a troca pode ser modelada como um jogo, podemos perguntar quem faz as regras desse jogo dentro de uma sociedade e época específicas.¹⁰ Em suma, há possibilidade das regras do jogo serem alteradas à medida que o jogo é jogado e dependendo das intenções de quem o joga? Além do mais, por que as taxas de imigração/emigração e de mutação são dadas exogenamente? Elas não poderiam variar também com o resultado dos jogos? Bowles admite estas e outras deficiências na aplicação da teoria dos jogos na modelagem de problemas institucionais e econômicos (2004, p.45 e ss.). Contudo, primordialmente seu objetivo é mostrar, dentro de um certo arcabouço científico neoclássico, a possibilidade da evolução do *homo reciprocans*. Percebe-se, assim, que, embora a ideia de *path-dependence* esteja contida no modelo de coevolução de preferências e instituições de Bowles, é questionável que ele possa ser aplicado em eventos que não sejam de longuíssimo prazo.

Ou seja, o modelo de Bowles pode fornecer um arcabouço teórico para iluminar eventos como a persistência secular de instituições ineficientes em alguns países do terceiro mundo ou a histórica concentração de renda num país como o Brasil. Entretanto, existiria a partir de seu modelo um receituário do que se pode fazer para modificar estas situações seculares? Para isto, é necessário saber como os processos dinâmicos de mudança institucional podem ser “acelerados”. Deste modo, seria possível imaginar mudanças em certas instituições no intervalo de uma ou

⁸ Informalmente, a instituição da segmentação intra-grupos faz com que indivíduos com mesmas características – altruístas, por exemplo – tenham maior probabilidade de jogar com indivíduos dessa mesma característica. Mais formalmente, se temos um altruísta A no grupo j, a probabilidade dele jogar com um altruísta não será simplesmente p_j , mas $s_j + (1 - s_j)p_j \cdot p_j$. Do mesmo modo, um não-altruísta N terá a probabilidade de jogar com um altruísta A dada por $(1 - s_j)p_j \cdot p_j$. S_j (que deve ser não-negativo) é definido como o grau de segmentação dentro do grupo j. (ver Bowles, op.cit., p. 455).

⁹ Ver Kahneman (2002).

¹⁰ Ver McMaster e Finch, 2004.

duas gerações, e não em milhares de gerações. Com isto, poder-se-ia usar a ideia de tempo de Bowles em um contexto mais concreto.

Digamos, para fins de aplicação, que trabalhadores e empresários participam de um jogo no qual há duas ações possíveis para cada trabalhador – ele pode ou não entrar num movimento grevista. Da mesma forma, os empresários podem negociar ou não com os trabalhadores. Se supusermos: (i) que empresários e/ou trabalhadores podem conscientemente tomar uma ação que não lhes rende o maior *payoff* do jogo (é o chamado comportamento idiossincrático¹¹); (ii) que haja convenções e “efeito conformismo”¹² que facilite a vários trabalhadores (ou empresários) assumir este tipo de ação não-ótima; (iii) que haja eventos não-previsíveis que afetem os *payoffs* dos jogadores e seus comportamentos. Desta forma, seria possível, em princípio, entender como se iniciam movimentos como a greve de Maio de 1968 na França, ou a luta pelos direitos civis dos negros nos EUA. Bastaria identificar que tipo de comportamento intencional e idiossincrático se difundiu entre certos grupos sociais (trabalhadores e estudantes no caso francês; membros de uma mesma etnia no caso norte-americano) e que eventos não-previsíveis afetaram o *payoff* dos envolvidos no jogo.

Observe-se que é possível compreender certos eventos passados com o instrumental de Bowles, mas *ainda não há um modo de prever quando ou como mudanças institucionais e comportamentais acontecerão com este modelo*. Isto porque como o próprio Bowles (2004, p.45 e ss.) observa, a teoria dos jogos ainda não dá adequadamente conta de quatro elementos: (i) *superposição*, ou seja, quando os jogadores participam de vários jogos simultâneos cujos resultados são interdependentes e dinâmicos; (ii) *recursividade*, ou seja, quando a estrutura do jogo no presente depende dos resultados dos jogos passados; (iii) *constitutividade*, ou seja, quando os jogos passados influenciam as preferências e crenças (e daí também os *payoffs* e estratégias de equilíbrio) do jogo presente; (iv) *assimetria*, isto é, os *payoffs* e estratégias dos jogadores são distintos se eles pertencem a diferentes classes, religiões, sexos, espécies biológicas, nações etc.

As falhas da teoria dos jogos estão relacionadas à sua ainda incompleta forma de modelar como jogos passados influenciam os jogos no presente. Ou seja, Bowles adota uma ideia de tempo próxima daquela utilizada por abordagens alternativas¹³, como não-ergodicidade e *path-dependence*, mas, conforme indicado anteriormente, os autores só podem explicar como certos eventos no passado *podem ter* ocorrido. Não há um modo de atribuir probabilidades e exaurir as possibilidades dos eventos que podem ocorrer no futuro. No entanto, os modelos sempre admitem, para fins de inteligibilidade matemático-formal que *há uma distribuição de*

¹¹ O comportamento idiossincrático remete aqueles comportamentos que se mostram contrários ao que havia sido previsto pelo modelo.

¹² O efeito conformismo remete à ideia de que dadas duas características culturais dos membros de uma sociedade (altruísmo e egoísmo, por exemplo), diz-se que há um *equilíbrio cultural* quando a frequência dessas características entre os membros da sociedade é estacionária. Por exemplo, pode-se verificar que a frequência de altruístas em certa sociedade é de 30% (contra 70% de egoístas) e que ela se mantém constante no tempo. Este equilíbrio depende não só do *payoff* que cada característica fornece a quem a possui, mas também do grau de conformismo da característica. Ou seja, mesmo que um comportamento altruísta forneça um *payoff* menor quando comparado com um comportamento egoísta, é possível ainda assim adotar um comportamento altruísta de modo conformista, porque o grupo de referência (escola, igreja, amigos, família etc.) também o adota.

¹³ Alguns exemplos de abordagens alternativas ao PPC neoclássico são os pós-keynesianos, velhos institucionalistas, marxistas, sraffianos, dentre outros. Sobre abordagens alternativas ver Backhouse (1985). Hodgson (1999) fornece uma caracterização semelhante das escolas de pensamento heterodoxas. Lawson reconhece ainda uma unidade ontológica entre essas propostas alternativas à *ortodoxia* econômica. Ver Lawson (1997; 2003; 2005).

probabilidade associada a certas variáveis do modelo (como a taxa de mutação dos agentes, por exemplo). Fica claro aí que, embora o modelo seja dinâmico, a ideia keynesiana de incerteza forte não é trabalhada pelo modelo. Embora incorpore temas tradicionalmente heterodoxos – e assim o faz com o fito de dar mais realismo a seu modelo – Bowles não deixa de criar sua própria ficção, ainda que esta se contraponha à ficção walrasiana (McMaster e Finch, 2004).

Apesar de não superar totalmente a ficção walrasiana, o modelo de Bowles foge da ausência de tempo histórico da ortodoxia. Seguindo a classificação de Dow (1985), parece haver contudo uma confusão entre o tempo mecânico e o tempo histórico no esquema conceitual de Bowles. Isto ocorre porque embora haja *path-dependence* e não-ergodicidade, as simulações em computador não se referem a nenhum evento específico que realmente tenha ocorrido, mas apenas a possibilidades aleatórias da coevolução de preferências e instituições. Sob as lentes de Hodgson (2001b), pode-se dizer que Bowles está confundindo níveis de abstração da análise econômica, ao tentar analisar tipos específicos de formação social humana e suas variedades com o instrumental que trata de sistemas gerais.¹⁴ Sua ideia de tempo está vinculada a certa noção de equilíbrio que ainda é walrasiana¹⁵. Assim, só se pode estudar a coevolução das preferências individuais e instituições ao defini-las lógica e formalmente.

2.2. Atomismo e reducionismo

A ideia do *homo reciprocans* reforça a importância da heterogeneidade de comportamento dos agentes e fatores além do auto-interesse como motivadores do comportamento. No entanto, como mostra Kerstenetzky (2005b), incorporar a ideia de *altruísmo* (relativo a outros) numa função de utilidade que representa o *auto-interesse* pode se mostrar contraditória, pois os dois termos excluem um ao outro.

Gintis (2006) tenta sair desse impasse adotando a ideia de que os agentes não maximizam necessariamente algo como seu bem-estar na sua função de utilidade, mas sua aptidão (*fitness*), no sentido biológico do termo. Isto não precisa ser feito de modo consciente. Também não há necessidade de que as crenças que embasam seu comportamento estejam corretas, nem é necessário que elas sejam corrigidas, uma vez identificadas como erradas. Seguindo a definição de ciência econômica, fornecida pelos manuais de Economia, tudo o que Gintis sugere é que o agente possa escolher sob certas restrições e o faça consistentemente (isto é, mantendo a transitividade, completude e independência de alternativas relevantes). Na verdade, este é o modelo de escolha racional (ER), agora rebatizado de modelo BPC (*beliefs, preferences and constraints*) por Gintis.

A manutenção de elementos de análise walrasiana acaba levando a um comportamento do agente que pode ser classificado de reducionista, atomista e que pode ser associado a um determinado tipo de individualismo metodológico (McMaster e Finch, 2004). É importante frisar este ponto, pois há mais de um tipo de individualismo metodológico (ver Chafim e Krivochein, 2013)¹⁶ e que há várias conotações possíveis para o termo “escolha racional” (Chai, 2003). No caso de Bowles e Gintis, seu modelo de escolha racional possui as seguintes características: (i)

¹⁴ Hodgson (2001b) aponta cinco níveis de abstração para a análise econômica: 1. sistemas gerais; 2. sociedade humana; 3. civilização humana; 4. tipos específicos de formação social humana complexa (antiguidade, feudalismo e capitalismo) e 5. variedades de cada tipo de formação social humana complexa (como diferentes tipos de capitalismo geográfica e historicamente).

¹⁵ Para uma discussão das noções de equilíbrio da ortodoxia e suas alternativas, ver Vercelli (1991) e Dow (1985).

¹⁶ Veja o caso de Hayek, na análise de Kerstenetzky (2005a).

almeja poder prever o comportamento dos agentes; (ii) é matematicamente formal; (iii) resolve problemas de otimização sob restrição; (iv) utiliza-se da ideia de preferências e crenças “finas” (*thin preferences and beliefs*).¹⁷

Hodgson (2001b) e Davis (2003) apontam que a ênfase de Bowles e Gintis em modelos com analogias biológicas acaba fazendo com que sua variedade da teoria da ER (ou BPC) possa ser aplicada no estudo do comportamento de *qualquer* entidade viva – sejam elas indivíduos, partidos políticos, religiões ou colônias de bactérias, por exemplo. Admite-se que o meio social influencia o comportamento individual, mas o ponto inicial de análise ainda é o indivíduo que enfrenta escassez no seu meio. Este é um modo *universal* de tentar entender a relação dos seres vivos entre si e com o mundo¹⁸, o que vai de encontro à concepção de Hodgson sobre o comportamento individual. A ideia de “causação reconstitutiva de cima para baixo” pode fazer com que indivíduos não vejam o mundo sob as lentes da escassez¹⁹. Por exemplo, certas economias tribais não-capitalistas podem possuir vastos recursos e poucos desejos.²⁰ Qual seria a aplicabilidade concreta (e não simplesmente geral) do modelo BPC em casos como este?

Desta forma, vê-se que embora as hipóteses do modelo de Gintis e Bowles sejam diferentes das implicadas na economia walrasiana, conceitos fundamentais da economia walrasiana são mantidos, como equilíbrio (agora associado a estratégias evolucionariamente estáveis em jogos) e comportamento maximizador. Conquanto isto promova um alargamento do cinturão protetor neoclássico, *não há efetivamente um rompimento com o PPC ortodoxo*. Conceitos como poder político, classes sociais e mercados (como os de trabalho ou crédito) são inseridos no debate econômico sem que seja comprometido o núcleo rígido do PPC neoclássico. Assim observamos como o esquema conceitual de Bowles e Gintis concorre para a ampliação do conjunto de problemas neoclássicos, superando a ideia de indivíduo atomizado, com preferências dadas exogenamente, e da ausência de tempo, conseqüentemente, da falta de uma noção de evolução das instituições.

3. Programa de pesquisa neoclássico: seus fundamentos teóricos e metodológicos

Antes de delimitarmos o programa de pesquisa neoclássico, algumas noções metodológicas precisam ser esclarecidas. Apresentamos, nessa seção, a noção kuhniana de paradigma como análoga ao conceito de núcleo rígido lakatosiano, bem como as concepções de Popper e Friedman.

¹⁷ Chai (2003) associa o modelo de escolha racional tradicional em economia a preferências “espessas” (*thick*), ou seja, exógenas. Nos modelos tradicionais, não se analisa como as preferências evoluem com o tempo, nem como elas surgem. Bowles e Gintis, entretanto, procuram modelar o modo como as estruturas de preferências dos indivíduos em sociedade surgem, associando sua evolução a fatores biológicos e culturais.

¹⁸ Gary Becker, outro autor que desenvolve suas teorias no âmbito do PPC neoclássico, modela o comportamento individual incorporando argumentos sociais na função de utilidade dos agentes, diz que sua abordagem econômica é antes “um método de análise, e não uma suposição sobre motivações particulares” (Becker, 1996, p.139).

¹⁹ O modelo de “causação reconstitutiva de cima para baixo” visa entender como os hábitos dos sujeitos são formados socialmente, uma ideia aparentemente similar a de preferência endógena de Bowles, mas com diferenças ontológicas substantivas. Ver Hodgson (2001a) para uma discussão mais detalhada do modelo de “causação reconstitutiva de cima para baixo”.

²⁰ Este exemplo é de Sahlins *apud*. Hodgson (2001b, p.277). Também o trabalho de Norbert Elias (1993 [1939], 1994 [1987]) exemplifica uma análise alternativa à da ER com relação ao desenvolvimento do comportamento humano e das instituições.

3.1. Fundamentos metodológicos

Segundo Lisboa (1998), a economia neoclássica utiliza elementos da metodologia lakatosiana – bastante próxima da kuhniana –, da popperiana, bem como do instrumentalismo metodológico de Friedman (1981), sugerindo que a cientificidade da tradição neoclássica seria garantida justamente pela adoção desses preceitos metodológicos²¹. O autor argumenta que a superioridade neoclássica em relação às teorias heterodoxas seria proveniente do caráter progressivo do PPC neoclássico. Vejamos em que consistem os referidos elementos constituintes da metodologia neoclássica. Para tal, faremos um breve relato dos debates que se desenrolaram no âmbito da filosofia da ciência desde o positivismo lógico até a proposta instrumentalista de Milton Friedman, passando por Popper e pelos teóricos do crescimento do conhecimento.

Antes de tratarmos dos autores e correntes de pensamento sugeridas por Lisboa (1998), devemos retomar, ainda que breve e superficialmente, os debates que foram travados em torno do positivismo lógico. A proposta central dos lógico-positivistas era a demarcação entre proposições científicas, com significado cognitivo, e proposições não científicas, sem significado cognitivo. Dentre as proposições científicas figuravam as sentenças analíticas, ou tautologias, e as sentenças sintéticas, passíveis de verificação empírica. As proposições sem significado científico seriam aquelas não verificáveis empiricamente, sendo consideradas sentenças metafísicas. No discurso científico somente poderiam estar presentes, segundo os positivistas lógicos, aquelas sentenças passíveis de verificação empírica (sintéticas) ou tautologicamente corretas (analíticas). Dentre os problemas encontrados pelos lógico-positivistas estava o critério de demarcação entre proposições científicas e não científicas, uma vez que muitas entidades adotadas pela ciência não podem ser observadas empiricamente, como a lei da gravidade, os campos magnéticos, dentre outros. Mesmo aquelas sentenças passíveis de verificação empírica não podem ser verificadas exaustivamente para que se garanta, com toda certeza, que uma proposição hoje tida como científica não vá se mostrar metafísica em um teste futuro.

Diante dos problemas encontrados pelos filósofos lógico-positivistas, outros critérios de demarcação foram sugeridos, como o confirmacionismo de Carnap, no qual uma proposição ganharia uma maior confiança em seu caráter científico na medida em que fosse confirmada nos sucessivos testes empíricos. Com o empirismo lógico de Ayer, Oppenheim e Hempel, o projeto de eliminar a metafísica do discurso científico através da demarcação entre proposições científicas e não científicas é substituído pelo teste da teoria como um todo, em que a validação empírica da teoria implicaria a aceitação, ainda que indireta, de todas as proposições constituintes dessa teoria²². No âmbito desses debates surge o falseacionismo popperiano. Karl Popper é visto como um dos críticos mais diligentes do positivismo lógico, questionando tanto o critério da verificação quanto o projeto antimetafísico dos lógico-positivistas. Como alternativa à verificação propôs o falsificacionismo, no qual as teorias mereceriam o *status* de ciência na medida em que alcançassem um maior grau de falseabilidade. O importante não seria tentar verificar proposições teóricas, mas sim sua constante crítica teórica²³. Deste modo, Popper sugere um novo critério de demarcação baseado na capacidade de falsificação das teorias científicas, em que se buscaria separar a ciência – teorias passíveis de falsificação – da não ciência – teorias que não poderiam ser falsificadas perante o teste empírico.

²¹ A exposição que segue está baseada em Caldwell (1982), a menos que seja feita referência em contrário.

²² Para mais sobre os debates relativos ao positivismo lógico e seus desenvolvimentos posteriores ver Caldwell (1982), Blaug (1999), Feijó (2003) e Cavalcante (2005).

²³ Para mais sobre a metodologia popperiana ver Blaug (1999).

Os teóricos do crescimento do conhecimento também se apresentam como críticos do positivismo lógico, enfatizando a necessidade de análise da evolução das teorias científicas em lugar da busca pela eliminação de enunciados metafísicos do discurso da ciência. Os principais autores dessa corrente de pensamento filosófico foram Imre Lakatos, Thomas Kuhn, Ludwick Fleck e Paul Feyerabend. No que segue, nos concentraremos apenas nas propostas de Kuhn e Lakatos.

De acordo com Lakatos, teorias que compartilham um mesmo núcleo rígido compõem um programa de pesquisa científico (PPC), cujos limites são dados pelo cinturão protetor desse PPC. O núcleo rígido não é passível de contestação por parte da comunidade científica, constituindo campos de pesquisas interditados ao sujeito cognoscente – representa a heurística negativa de uma tradição de pensamento. Já nos limites do cinturão protetor os cientistas estão habilitados a expandir o campo de conhecimentos iluminado pelo núcleo rígido, constituindo a heurística positiva do PPC. Na concepção lakatosiana a pesquisa científica legítima está restrita ao desenvolvimento de teorias que ampliem o cinturão protetor do PPC aceito pela comunidade científica, sem se contrapor à visão de mundo veiculada pelo seu núcleo rígido.

Lakatos reconhece que podem existir vários PPC's concorrentes, em que o critério de escolha entre dois PPC's remete à sua capacidade preditiva. Um PPC progressivo é aquele no qual surgem novas teorias capazes de prever fatos novos, caracterizando um PPC teoricamente progressivo. Na medida em que esses fatos novos previstos são corroborados empiricamente diz-se que o PPC é também empiricamente progressivo. Por conseguinte, um PPC é progressivo se ele é simultaneamente teórica e empiricamente progressivo. No extremo oposto estão os PPC's regressivos, incapazes de produzir novas teorias com maior poder preditivo. A avaliação teórica com base na predição é traço característico da metodologia da *ortodoxia* econômica, em que a prática dominante quanto à análise de políticas econômicas é a formulação de modelos econométricos que são utilizados para estimar tendências passadas para produzir “melhores previsões” (Lawson, 1997, p.275).

A ideia de núcleo rígido é análoga ao conceito kuhniano de paradigma. De modo bastante abrangente, um paradigma pode ser entendido como uma visão de mundo compartilhada por determinada comunidade científica. Na definição de Kuhn, paradigmas são “realizações universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (Kuhn, 2003, p.13). Um paradigma é composto de dois elementos: (i) matrizes exemplares, que respondem pela resolução concreta de problemas, estudos de caso e exemplos; (ii) matrizes disciplinares, que fornecem um conjunto de crenças, valores e técnicas compartilhadas pela comunidade científica (Caldwell, 1982, p.75). No esquema conceitual kuhniano apenas aqueles que contribuem para a atividade de resolução de problemas, postos pelo paradigma dominante, são considerados cientistas.

Um dos pontos em comum existentes entre a metodologia kuhniana e a lakatosiana refere-se ao relativismo ontológico implicado em seus critérios de escolha entre visões de mundo concorrentes. No caso da proposta kuhniana, a visão de mundo que emerge como o novo paradigma da ciência normal, após um período de revolução paradigmática, se faz vitoriosa com base na fé da comunidade científica nesse novo paradigma. Ou seja, não existe um critério objetivo de comparação entre paradigmas concorrentes. A adoção do novo paradigma dominante se resolve com base no critério da fé. No caso da proposta lakatosiana, a visão de mundo implicada no PPC não deve ser discutida pelos cientistas, uma vez que compõem sua heurística negativa. O PPC eleito pela comunidade científica seria, na concepção de Lakatos, aquele com maior capacidade preditiva, isto é, um PPC progressivo. O critério de escolha entre programas de

pesquisa alternativas não se faz com base em critérios objetivos de cotejamento de suas visões de mundo, de seus núcleos rígidos, mas tão somente se limita a compará-los com base em seu potencial preditivo.

Uma vez que o projeto lógico-positivista de eliminação da metafísica do discurso científico fracassou e em seu lugar foram postas metodologias relativistas quanto à escolha entre visões de mundo diferentes, restou à ciência se apoiar numa concepção instrumental de construção teórica. Em poucas palavras, o instrumentalismo metodológico de Friedman (1981) poderia ser assim apresentado. Há uma distinção entre economia positiva e economia normativa, em que a cientificidade da Economia seria garantida pelo seu caráter positivo, ou seja, pela neutralidade axiológica de suas proposições. A economia positiva compreenderia teorias compostas de dois elementos: linguagem e hipóteses substantivas. A linguagem fornece uma estrutura conceitual para as teorias, passível de julgamento apenas pelos cânones da lógica formal. As hipóteses substantivas subdividem-se em implicações e pressupostos. As implicações representam previsões, avaliadas com base na comprovação empírica dessas previsões. Já os pressupostos são abstrações da realidade, constituindo previsões apenas indiretamente, pois são avaliadas com base na capacidade preditiva da teoria da qual fazem parte. Deste modo, as hipóteses substantivas são responsáveis pelas *previsões* teóricas, sendo avaliadas com base nos critérios de fecundidade e simplicidade, isto é, uma hipótese deve prever muito com base em pouco. Segundo Friedman, os pressupostos sempre fazem um corte na realidade, ou seja, *abstraem* características ou elementos de interesse para a ciência. Por conseguinte, teorias são sempre simplificações da realidade. Decorre daí que os pressupostos, por serem abstrações (cortes na realidade), são em sua maioria *falsos*, não passíveis de julgamento pelo seu realismo. Como teorias positivas não podem conter pressupostos realistas, resta a adoção da capacidade preditiva como critério de seleção entre teorias. Além disso, apenas teorias com capacidade preditiva fazem parte da economia positiva, podendo assim receber o estatuto de ciência.

O critério preditivo de escolha entre teorias aproxima a metodologia lakatosiana do instrumentalismo metodológico de Friedman (1981), sem reduzi-la, contudo, à proposta de Friedman. Como nos informa Lisboa, essa seria a metodologia adotada pelo *ortodoxia*, formada por uma concepção instrumental de ciência, mesclada com o falseacionismo popperiano e a concepção lakatosiana de PPC. Contudo, não é difícil perceber que os fundamentos do instrumentalismo sugerido por Friedman (1981) já estavam anunciados nas desventuras do projeto anti-metafísico do positivismo lógico.

3.2. Delimitação do núcleo rígido neoclássico

Conforme nos informa Kuhn (2003), os manuais cumprem um importante papel na ciência ao difundir o paradigma dominante entre os membros de uma dada comunidade científica²⁴. O que os manuais reúnem são as contribuições, consideradas mais relevantes, de autores selecionados. Todavia, de modo algum tais autores efetivamente desenvolveram suas teorias no intuito de contribuir para a tradição científica apresentada nesses manuais, que exibem apenas o resultado não intencionado, ao menos em parte, de pesquisas passadas (Kuhn, 2003, p.175). Nesse sentido, os manuais não têm o objetivo de apresentar todos os desenvolvimentos históricos de uma determinada ciência, são apenas artifícios pedagógicos que visam “familiarizar

²⁴ No presente artigo nos referimos especificamente à *ortodoxia* econômica. Para uma análise mais extensa do papel dos manuais de Economia na ciência econômica ver Cavalcante (2005; 2014).

rapidamente o estudante com o que a comunidade científica contemporânea julga conhecer” (Kuhn, 2003, p. 178). As teorias que compõem os manuais não apenas veiculam uma visão de mundo, mas também são edificadas e avaliadas com base em uma particular concepção metodológica. Ao ocupar o posto de paradigma dominante, ou a *ortodoxia* econômica, a visão de mundo da economia neoclássica pode ser acessada através dos manuais de Economia.

A construção teórica neoclássica conforma uma visão de mundo que pode ser delineada através dos princípios básicos veiculados pelos livros-texto de Economia, cujos fundamentos encontram-se no trabalho seminal de Samuelson, *Foundations of Economics* (Backhouse, 1985, p.288). A ciência econômica *ortodoxa* é definida, nos manuais de Economia, como a teoria da escolha sob escassez, em que a linguagem matemática é utilizada para realizar análises baseadas nas noções de equilíbrio e maximização. Estudos agregados, quando realizados, são feitos com recurso aos microfundamentos geradores dos eventos observados²⁵. Essa é visão de mundo da tradição neoclássica, que deve ser compartilhada por todas aquelas teorias que compõem o cinturão protetor do PPC neoclássico.

Chick (2003) propõe, por exemplo, a análise de quatro elementos, característicos, do “modo de pensamento” neoclássico: (i) ausência de tempo (*timelessness*); (ii) certeza e conhecimento perfeito; (iii) atomismo; (iv) dualismo. A partir da proposição da ideia de “meta-axiomas neoclássicos”, Arnsperger e Varoufakis (2006) sistematizam a definição do núcleo rígido neoclássico em torno de três axiomas: (1) individualismo metodológico: toda explicação da economia deve ser empreendida no nível do agente individual; (2) instrumentalismo metodológico: todo comportamento humano é orientado por preferências, sendo entendido como um meio de maximização da satisfação individual; (3) equilibrismo metodológico: consiste em descobrir um equilíbrio, supor que os agentes encontram-se nesse equilíbrio e, por fim, demonstrar que esse equilíbrio é estável. Enquanto a caracterização de Chick abarca apenas a ortodoxia, os “meta-axiomas neoclássicos” fornecem uma classificação mais abrangente, mas ambas são compatíveis com a visão de mundo anteriormente delineada.

Autores associados ao neoclassicismo como Bowles e Gintis vêm afrouxando e criticando a ortodoxia. Os autores se propõem a superar o que denominam como *economia walrasiana*, que poderíamos identificar com a ortodoxia. Vejamos, nas duas seções seguintes, em que medida a teoria da coevolução das preferências e instituições desenvolvida por Bowles e Gintis rompe com os supostos da ortodoxia, e se (e como) contribuem para o alargamento do cinturão protetor do PPC neoclássico.

4. Dos limites das propostas de Bowles e Gintis

Observemos que, na proposta de Bowles e Gintis, a metodologia da ortodoxia econômica raramente é posta em debate. Do mesmo modo, a visão de mundo, ou ontologia neoclássica também não é considerada criticamente. Conforme nos comunica North: “*Economics is a theory of choice – so far so good*” (North, 2005, p.11). Com propriedade, Backhouse (1994) comenta o fato de que determinadas concepções filosóficas são mais prontamente absorvidas como argumentos a favor da ciência econômica, como a filosofia lakatosiana, pois de certa forma prescrevem regras metodológicas já utilizadas pelos economistas, como o critério preditivo de seleção teórica. Contudo, os autores referidos por Lisboa (1998) como provedores da

²⁵ Ver, por exemplo, Varian (1992), Mankiw (1998; 1999).

metodologia neoclássica não necessariamente construíram suas teorias como forma de sustentar filosoficamente as ideias da ortodoxia econômica. Kuhn, por exemplo, suscita a seguinte reflexão:

(...) talvez seja significativo que os economistas discutam menos sobre a cientificidade de seu campo de estudo do que profissionais de outras áreas da ciência social. Deve-se isso ao fato de os economistas saberem o que é ciência? Ou será que estão de acordo a respeito da Economia? (Kuhn, 2003, p.202).

A primeira pergunta de Kuhn não possui uma resposta única. Apesar de os economistas da ortodoxia estarem bastante seguros acerca do que vem a ser a Economia – teoria da escolha sob escassez –, outros economistas apontam não apenas para definições alternativas de ciência econômica, mas também indicam que a metodologia da ortodoxia é inadequada para analisar o objeto de estudo da Economia²⁶. Contra ou a favor da metodologia da ortodoxia, não é possível negar a falta de consenso acerca de uma definição de ciência econômica entre as diversas vertentes teóricas em Economia. A ortodoxia representa a maioria, mas não todos os economistas. Se concordarmos que a ciência é mais que uma questão numérica, temos nesse ponto uma controvérsia saudável. Assim a segunda pergunta de Kuhn encontra resposta automaticamente, a saber, os economistas não estão de acordo a respeito da Economia, de sua definição e dos limites de seu objeto. Além disso, a evolução da ciência econômica jamais se enquadrou no esquema “ciência normal – ciência extraordinária – nova ciência normal” kuhniano, paradigmas dominantes sempre conviveram com uma pluralidade de alternativas.

Backhouse (1985, p.372) identifica, no pós-segunda guerra, a emergência de um número considerável de economistas insatisfeitos com a economia ortodoxa. Hodgson (1999), por sua vez, menciona o surgimento de pelo menos cinco abordagens alternativas na década de 1970: economia institucional, pós-keynesianos, economia austríaca, escola da regulação e economia marxista. Lawson (2005) afirma existir uma unidade ontológica, ou paradigmática, entre essas abordagens alternativas, em que suas diferenças são concernentes aos focos analíticos. Podemos, conseqüentemente, falar numa pluralidade de abordagens alternativas que se reúnem em torno de um conjunto de princípios básicos, formando talvez um PPC alternativo.

Deste modo, observamos duas visões de mundo concorrentes quanto à explicação do sistema econômico – a neoclássica e a alternativa (ou heterodoxa). O PPC ortodoxo vem se desenvolvendo através da incorporação de temáticas usualmente consideradas em PPC's alternativos, assim ocorre com as noções de tempo, incerteza e informação, que encontram definições distintas no âmbito desses PPC's concorrentes. Conseqüentemente, tais noções integram o ambiente econômico de modo diverso, gerando visões de mundo distintas. Como, então, escolher entre visões de mundo concorrentes?

A metodologia kuhniana e lakatosiana fornece *insights* interessantes no que concerne à afirmação de que toda teoria veicula uma visão de mundo compartilhada por comunidades científicas. No entanto, o relativismo ontológico implicado na incomensurabilidade dos paradigmas e no caráter de heurística negativa do núcleo rígido interdita o debate no âmbito ontológico, deslocando a questão do estatuto de cientificidade das teorias para o âmbito epistemológico. Tal deslocamento ou deixa a evolução das teorias científicas inexplicada – fé como critério de seleção do novo paradigma dominante em Kuhn – ou enseja o surgimento de

²⁶ Lawson (1997; 2003), Hodgson (1988; 1993; 1999a; 2001a), Chang (2002; 2004).

critérios circulares e instrumentais de seleção teórica – PPC progressivo em Lakatos. Critérios puramente epistemológicos não proporcionam uma racionalidade quanto ao julgamento de teorias científicas. Esse fato é evidente em Kuhn, que recorre a motivos extracientíficos para a escolha entre paradigmas, mas aparece de forma menos explícita em Lakatos, que fornece critérios mais específicos para a seleção de PPC's. Contudo, para além da existência de sérias limitações à previsão em ciências sociais, dado o caráter histórico e imprevisível do objeto social, verifica-se uma circularidade no critério preditivo de seleção teórica.

(...) se a teoria determina a priori como é a configuração do mundo e, com isso, determina igualmente aquilo que é relevante (dados, eventos, objetos, relações) e ao mesmo tempo prescreve os critérios de corroboração empírica, parece evidente que se está então diante de uma flagrante circularidade (Duayer; Medeiros; Paineira, 2001, p.759).

Isso não significa que Kuhn e Lakatos não possuam contribuições valiosas, mas é preciso avançar em relação às suas limitações, em que a principal delas é a desconsideração da ontologia. A metodologia econômica não produz contribuições frutíferas quando utilizada para justificar a prática científica, mas pode constituir-se em importante aliada da Economia ao iluminar aquelas práticas científicas que se apresentam incongruentes em relação a seu objeto de estudo. Conforme identificado por Lawson, o trabalho da filosofia consiste na realização de “um ‘trabalho acessório’ para a ciência ao esclarecer inconsistências e confusões; e pode atuar como ‘parteira’ ao ajudar o surgimento de novas ciências” (Lawson, 1997, p. 61). Assim, à filosofia da ciência é atribuído um papel de avaliação crítica das práticas da ciência sem, no entanto, tomar o seu lugar ou se confundir com ela²⁷.

O realismo crítico pode oferecer uma contribuição para o debate metodológico no que concerne à reafirmação ontológica, isto é, visões de mundo podem ser comparadas em relação a um objeto que guarda uma relativa independência em relação a essas visões de mundo. Como indicado por Lawson (1997), um racionalismo julgamental somente pode ser obtido caso seja atrelado ao relativismo epistemológico um realismo ontológico. Em outras palavras, a ontologia adotada por determinada comunidade científica não pode ser afastada do debate teórico e metodológico, caso se pretenda manter uma perspectiva crítica e ao mesmo tempo plural. Ademais, Lawson considera criticamente não apenas o critério preditivo de avaliação teórica, mas a metodologia mesma adotada pela *ortodoxia* econômica, baseada em grande medida no que o autor denomina como *dedutivismo*, ou a compreensão de lei científica como conjunção constante de eventos – “se X então Y”²⁸.

Foge do escopo do trabalho uma apresentação detalhada da proposta metodológica de Lawson. Todavia, podemos indicar que essa adoção acrítica de uma ontologia filosófica (fundamentos metodológicos) e uma ontologia científica (definição do objeto da ciência econômica) limita alguns desenvolvimentos em Economia, como os de Bowles e Gintis, que fornecem uma concepção de História na qual estão implicadas noções de tempo incompatíveis com o processo efetivo das economias. Na ideia de coevolução das preferências e instituições, Bowles e Gintis parecem construir uma nova *ficção* ao criar suas *histórias artificiais*. Deste modo, a proposta inicial dos autores de superação da *ficção walrasiana* e de desenvolvimento de uma teoria mais realista fica seriamente prejudicada. Esses problemas advêm, em grande medida, de uma metodologia *dedutivista*, na qual está implicada uma ontologia positivista.

²⁷ Ver Clive Lawson (1995).

²⁸ Ver Lawson (1997; 2003).

Segundo Duayer, Medeiros e Paineira (2001), o positivismo lógico foi amplamente criticado, contudo, não superado por autores como Popper, Kuhn e Lakatos. O instrumentalismo de Friedman justifica a construção de modelos “irrealistas” a partir da asserção de que o mundo é incognoscível, mas essa afirmação é antes proveniente de uma irresolução nos debates em filosofia da ciência do que uma razão para a aceitação de que teorias são meros instrumentos. Abandonar a referência ao objeto prejudica o próprio alcance das teorias econômicas. Visto ser a Economia uma ciência social de prestígio na sociedade e sendo suas teorias fundamentadas numa determinada visão de mundo, as conclusões de política econômica orientadas por essas teorias não apenas interferem alocando e realocando recursos do sistema, mas constituem e moldam a própria realidade econômica. Nesse sentido, o instrumentalismo justifica a prática corrente da economia *ortodoxia*, mas de modo algum contribui para a construção de teorias efetivamente mais realistas, mais objetivas.

A contribuição de Bowles e Gintis, ao se desenvolver no interior do PPC neoclássico, compartilha um conjunto de métodos em grande medida fundamentados numa noção instrumental de ciência. Implicada nesse conjunto de métodos está uma visão de mundo que entende o sistema econômico como composto de recursos escassos, em que se supõe que os indivíduos praticam alguma modalidade de maximização, seja ele o *homo economicus* ou o *homo reciprocans*, levando ainda o sistema a estados de equilíbrio. Ademais, nessa concepção do empreendimento científico, o objeto de estudo é tratado com base em simulações computacionais destacadas do processo histórico efetivo, interditando, por conseguinte, uma ideia de tempo histórico.

5. Conclusão

A discussão precedente nos permite situar uma contribuição de Bowles e Gintis à ciência econômica – o tema da coevolução das preferências e instituições na história. Esta contribuição ocorre no âmbito do programa de pesquisa neoclássico, segundo a análise que apresentamos nos itens anteriores. Isso significa a adoção de certa visão de mundo e um conjunto de métodos nela implicada.

A metodologia subjacente à tradição neoclássica foi identificada, a partir de Lisboa (1998), com as concepções filosóficas de Popper, Lakatos e Friedman. Nesse arcabouço metodológico, teorias científicas devem ser passíveis de falsificação, portanto, de teste empírico, além de serem capazes de produzir previsões acerca dos eventos econômicos. PPC's compostos por teorias com capacidade preditiva, cujos fatos previstos são comprovados empiricamente, são ditos PPC's progressivos. Como vimos, o trabalho de Bowles e Gintis enquadra-se na concepção de ciência e nos preceitos metodológicos da tradição neoclássica.

Retomando as perguntas colocadas na introdução do trabalho, podemos analisar a contribuição de Bowles e Gintis ao debate sobre as questões das preferências e instituições. Algumas noções que caracteriza a ortodoxia foram identificadas com os quatro elementos: (i) ausência de tempo (*timelessness*); (ii) certeza e conhecimento perfeito; (iii) atomismo; (iv) dualismo. Vejamos como o esquema conceitual de Bowles e Gintis considerou tais elementos.

Atomismo. Bowles e Gintis ainda partem da noção de indivíduo para estudar o comportamento dos agregados econômicos. Mas, naturalmente, não é o mesmo indivíduo dessocializado e auto-interessado da economia walrasiana tradicional. Há motivações para o comportamento individual que vão além do auto-interesse individual – ideia parecida com a que encontramos em economistas clássicos ingleses como J.S. Mill e Marshall. Segundo Bowles, é

possível, dado um conjunto de instituições, deduzir quais preferências podem ser moldadas por aquele ambiente. Isto ainda é uma forma de atomismo (pois as instituições desenvolvem-se a partir de indivíduos maximizadores de uma função de utilidade), mas as instituições agora nos fornecem *ao mesmo tempo o mapa de utilidade e as restrições orçamentárias*.

Dualismo. Agregando-se ao instrumental walrasiano, Bowles e Gintis assumem a maior parte dos dualismos associados ao pensamento econômico da *ortodoxia* (indivíduo e sociedade, razão e emoção etc.) De acordo com Dow (1985), isto provém da necessidade de tratamento formal da economia, associado a um modo de pensamento cartesiano-euclidiano, identificável com uma metodologia *dedutivista*.

Tempo. Bowles usa conceitos como não-ergodicidade e *path-dependence* dos processos econômicos, mas isto não o atrela ao tempo histórico, pois o autor não trata especificamente de eventos concretos. O que Bowles gera com seus modelos são simulações de eventos que *poderiam ter* ocorrido se as instituições e preferências se desenvolvessem segundo àquelas do modelo. Isto remete à ideia de tempo mecânico que não corresponde necessariamente aos eventos do mundo – embora cada simulação de Bowles não permita a reversibilidade do tempo.

Incerteza. Bowles admite um componente estocástico nos seus modelos (por exemplo, a taxa de mutação dos altruístas e/ou egoístas quando da sua reprodução). No entanto, este componente é sempre passível de ser colocado numa certa função de distribuição de probabilidade. Mais uma vez, a necessidade de um modelo que seja passível de formalização, além das limitações da teoria dos jogos, não permite, em princípio, que se trate de incerteza fundamental no esquema de Bowles.

Como conclusão, Bowles e Gintis se aproximam de temas heterodoxos, mas assim o fazem herdando o instrumental walrasiano. A importância de nossa investigação é mostrar as limitações e possibilidades desses autores conhecidos como *radical economists* no fim dos anos 1960. Sem dúvida esses autores trazem novas e interessantes linhas de pesquisa sobre a relação entre o comportamento individuais e as instituições. Contudo, seus limites de pesquisa são os mesmos limites associados a uma visão de mundo que exige o uso formal de conceitos como equilíbrio e maximização sob restrição. Mesmo quando os resultados macro de seus modelos micro envolvem múltiplos equilíbrios que podem ser subótimos do ponto de vista paretiano, o *benchmark* continua a ser uma visão de mundo ancorada numa ontologia individualista, equilibrista e instrumental.

6. Referências

ARNSPERGER, Christian; VAROUFAKIS, Yanis. What is Neoclassical Economics? The three axioms responsible for its theoretical oeuvre, practical irrelevance and, thus, discursive power. *Post-austrian Economics Review*, n.38, p.2-12, 2006. Disponível em: <www.paecon.net> Acesso em: 10 jul. 2006.

BACKHOUSE, Roger. *A History of Modern Economic Analysis*. Oxford: Blackwell, 1985.

_____. The Lakatosian Legacy in Economic Methodology. In: BACKHOUSE, Roger. *New Directions in Economic Methodology*. London: Routledge, 1994.

BECKER, Gary. *Accounting for Tastes*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

BLAUG, Mark. *Metodologia da Economia: ou como os economistas explicam*. São Paulo: Edusp, 1999.

BOWLES, Samuel. Endogenous preferences: the cultural consequences of markets and other economic institutions, *Journal of Economic Literature*, vol. XXXVI., pp. 75-111, 1998.

_____. *Microeconomics*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

BOWLES, Samuel; CHOI, Jung Kyoo; HOPFENSITZ, Astrid. The Co-evolution of individual Behaviors and Social Institutions. Disponível no site: <http://www.santafe.edu/~bowles/artificial_history/index.html> Acesso em: 24/03/2013 às 17:20.

CALDWELL, Bruce – Beyond positivism: economic methodology in the twentieth century. Londres: George Allen & Unwin, 1982.

CAVALCANTE, Carolina Miranda. *Ciência e Filosofia: uma discussão acerca da possibilidade do conhecimento objetivo*. Niterói: [s.n.], 2005.

_____. Metodologia e Modelos Econômicos. Principia (Florianópolis, online), v.18, p.187-208, 2014.

CERQUEIRA, Hugo. *Economia Evolucionista: Um Capítulo Sistêmico da Teoria Econômica*. Texto para Discussão 150. Belo Horizonte: CEDEPLAR/ Editora UFMG, 2000.

CHANG, Ha-Joon. Breaking the mould: an institutionalist political economy alternative to the neo-liberal theory of the market and the state. *Cambridge Journal of Economics*, vol.26, n.5, set., p.539-559, 2002.

_____. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 2004.

CHICK, Victoria. Theory, method and mode of thought in Keynes's *General Theory*. *Journal of Economic Methodology*, vol.10, n.3, set., p.307-327, 2003.

DAVIS, John. *Theory of the Individual in Economics: Identity and Value*. London: Routledge, 2003.

DE PAULA, Luiz Fernando; SICSÚ, João. *Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DOW, Sheila. *Macroeconomic Thought: a methodological approach*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

DUAYER, Mário; MEDEIROS, João Leonardo; PAINCEIRA, Juan Pablo. A miséria do instrumentalismo na tradição neoclássica. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.15, n.4, p. 723-783, out.-dez., 2001b.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

_____. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FEIJÓ, Ricardo. *Metodologia e Filosofia da Ciência*. São Paulo: Atlas, 2003.

FINCH, John; McMASTER, Robert. The Paths of Classical Political Economy and Walrasian Economics Through Bowles and Gintis' Rendering of Post Walrasian Economics, 2004. (Mimeo).

FRIEDMAN, Milton. A Metodologia da Economia Positiva. *Edições Multiplic*, v.1, n.3, p. 163-200, fev., 1981.

GINTIS, Herbert. A Framework for the Unification the Behavioral Sciences, 2006. (Mimeo). Disponível no site: <
http://www.bbsonline.org/Preprints/Gintis-12052005/Referees/Gintis-12052005_preprint.pdf>
Acesso em: 10 jun. 2006.

HODGSON, Geoffrey. *Economics and Institutions: a manifesto for a modern institutional economics*. Cambridge: Polity Press, 1988.

_____. Calculations, Habits and Action. In: GERRARD, Bill. *The Economics of Rationality*. London: Routledge, 1993.

_____. *Evolution and Institutions: on evolutionary economics and the evolution of economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 1999a.

_____. Post Keynesianism and Institutionalism: another look at the link. In: SETTERFIELD, Mark. *Growth, Employment and Inflation: essays in honour of John Cornwall*. London: Macmillan, 1999b.

_____. A evolução das instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura. *Revista Econômica*, v.3, n.1, p.97-125, junho, 2001a.

_____. *How Economics Forgot History: the problem of historical specificity in social science*. London: Routledge, 2001b.

KAHNEMAN, Daniel. Maps of bounded rationality: a perspective on intuitive judgment and choice, 2002. (Mimeo)

KERSTENETZKY, Célia Lessa. Interactive Individualism: an essay on Hayek's methodological individualism. *Texto para Discussão*, maio de 2005a. Disponível em: <<http://www.uff.br/econ/>>. Acesso em: 01 out. 2005a.

_____. Qual o valor do auto-interesse? *Revista de Economia Política*, vol.25, n.3, p.254-276, jul.-set., 2005b.

KUHN, Thomas Samuel. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 7. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

LAWSON, Clive. Realism and Institutionalism: John R. Commons, Carl Menger, and Economics with Institutions. PhD dissertation. Cambridge, 1995.

LAWSON, Tony. *Economics and Reality*. London: Routledge, 1997.

_____. *Reorienting Economics*. London: Routledge, 2003.

_____. The nature of heterodox economics. *Cambridge Journal of Economics*, vol.1, n.23, 2005.

LEMOIGNE, J-L. e MORIN, E. *A Inteligência da Complexidade*. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2000.

LISBOA, Marcos de Barros. A Miséria da Crítica Heterodoxa – Segunda Parte: Método e Equilíbrio na Tradição Neoclássica. *Revista de Economia Contemporânea*, n.3, p.113-151, jan.-jun., 1998.

MANKIWI, Gregory. *Macroeconomia*. Rio de Janeiro: LTC, 1998, 3ª ed.

_____. *Introdução à Economia: princípios de micro e macroeconomia*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MORIN, E. *Ciência com Consciência*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

VARIAN, Hal. *Microeconomic Analysis*. London: W.W. Norton & Company, 1992, 3ª ed.

VERCELLI, Alessandro. *Methodological Foundations of Macroeconomics: Keynes & Lucas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

ZANELLA, G. "Social Interactions and Economic Behavior". *Quaderni della Università degli Studi di Siena*, n. 441, 2004.